

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

17 OUT 1990

Compromisso realista

Segundo os termos realísticos, porém flexíveis, da proposta entregue ao Comitê Assessor dos bancos credores, o Brasil já trabalha com a hipótese de liquidar a dívida externa em um prazo máximo de 20 anos. Não se trata apenas de um desejo, de aspiração distante da realidade, mas de perspectiva autorizada pela convergência de posições que, após a rodada preliminar de negociações em Nova Iorque, toma formas concretas.

Diplomata experiente, afeito às missões complexas e com verbete profissional enriquecido por alguns êxitos importantes, o embaixador Jório Dauster, negociador oficial credenciado pelo presidente Fernando Collor, prevê aquele prazo como algo absolutamente natural. Embora os títulos de longo prazo, oferecidos para consolidação dos débitos pendentes, tenham termos de resgate de até 45 anos, a tendência dos credores, na avaliação do embaixador, é ceder a formas compensatórias capazes de tornar a dívida rigorosamente liquidada no máximo em 20 anos.

Reside em semelhante possibilidade a lisura da iniciativa brasileira, perfeitamente ajustada às regras de negociação do sistema financeiro internacional. Tratar de uma questão com perfil econômico em torno de 123 bilhões de dólares, que é a quanto deve montar hoje os compromissos pendentes do Brasil, exige a movimentação de fórmulas livres dos rigores de simples equação matemática.

Por isso mesmo, os títulos de garantia, já de si uma fuga à ditadura das incôgni-

tas, possibilitam diversas variáveis de aplicação, quer dizer, de apropriação real dos ativos, entre as quais a conversão em investimentos internos e a compra de participação acionária nas empresas estatais já selecionadas para o processo de privatização.

É certo que o avanço das negociações em semelhante direção não depende apenas da boa vontade do Brasil e da compreensão dos credores. Titular dos controles sobre os fluxos financeiros, o Fundo Monetário Internacional terá papel importante a desempenhar no êxito do entendimento. Para alcançar relativo equilíbrio em suas contas externas e assegurar o programa interno de reajustamento econômico, o Brasil precisa de suprimento externo de capitais, nos próximos dois anos; em quantidades adequadas. A parte correspondente à contribuição do Fundo não poderá ser inferior a dois bilhões de dólares, conforme a proposta brasileira.

A questão mais delicada, embora de mais fácil assimilação e compreensão, reside na decisão do Governo brasileiro de retomar o crescimento, como forma de consolidar a economia do País e evitar o impasse social. Crescer é vital para o Brasil e, também, para os próprios credores, cujos interesses certamente teriam atendimento em condições bem mais favoráveis. Oitava economia do mundo ocidental, o fortalecimento do Brasil seguramente terá influência benéfica multilateral e, de uma forma bastante singular, sobre o sistema financeiro.